

## A HISTÓRIA EM JOAQUIM DE FIORE

Oscar Federico Bauchwitz

A primeira observação a ser feita sobre o pensamento da história de Joaquim de Fiore é a que diz da superação da perspectiva agostiniana. É de fato uma superação. Contudo, esta não significa um abandono ou um esquecimento do que pensou Agostinho. Trata-se de um movimento que ultrapassa os ensinamentos do "Mestre" levando-os à últimas consequências e que apresenta novos elementos para pensar um aspecto da história que Agostinho não tratou de resolver, ou ao menos, na situação em que vivia não era oportuno pensar. Joaquim recebe da tradição agostiniana o conceito de exemplarismo e é sobre ele que funda a sua compreensão. Mas, enquanto toda a tradição colocava em Cristo o centro da história, Joaquim rompendo com esta tradição, coloca a própria Trindade como centro e modelo exemplar de toda a história. Não apenas o Filho se apresenta na história mas todas as Pessoas da Trindade mantêm uma relação de semelhança que determina todas as criaturas. Como vimos ao expor a sua teologia, para Joaquim, todas as Pessoas relacionam-se com a criatura, a qual traz em si essa semelhança. Mesmo Agostinho reconhece uma trina semelhança na criação e, principalmente, no interior da alma de cada homem, fato este que Joaquim lembra no *Psalterium Decem Chordarum*<sup>1</sup>. Agora, o que Joaquim estabelece a partir de uma interpretação das Escrituras - e de uma revelação - é que a história e o homem, bem como Deus que tudo gerou, é trina e, enquanto tal, divide-se em três

Eras ou Estados, aos quais corresponde cada Pessoa da Trindade. Assim, a história é a Era do Pai, a Era do Filho e a Era do Espírito Santo.

A divisão trina da história é notadamente a mais característica das elaboradas por Joaquim. Entretanto, a história pode ser dividida em quatro, cinco, sete, nove e em quinze etapas<sup>2</sup> Estas variações estão dispersas por toda a sua obra, mas têm como base a disposição das Três Eras ou Estados, expostas no seu primeiro livro, "Concordia Novi et Veteris Testamenti", e que é suposta por Joaquim nas suas obras posteriores. Portanto, é necessário que apresentemos esta divisão da história conforme Joaquim a descreve nessa obra. Ele diz:

"Os mistérios das divinas páginas mostram-nos, enfim, os Três Estados do mundo. O primeiro é aquele no qual estivemos sob a lei; o segundo no qual estamos sob a graça; o terceiro, que esperamos iminente, sob uma graça ampliada... Por isso o primeiro Estado foi na ciência; o segundo na posse da sabedoria; o terceiro na plenitude do sentido. O primeiro na servidão servil; o segundo na servidão filial; o terceiro na liberdade. O primeiro nos flagelos; o segundo na ação; o terceiro na contemplação. O primeiro no temor; o segundo na fé; o terceiro na caridade. O primeiro é dos servos; o segundo é dos filhos; o terceiro é dos amigos. O primeiro é dos velhos; o segundo é dos jovens; o terceiro das crianças. O primeiro na luz da estrela; o segundo na aurora; o terceiro ao meio-dia. O primeiro no inverno; o segundo na primavera; o terceiro no verão. O primeiro produz urtigas; o segundo rosas; o terceiro lírios. O primeiro ervas; o segundo espigas, o terceiro o trigo. O primeiro a água; o segundo o vinho; o terceiro o óleo. O primeiro pertence à Setuagésima; o segundo à Quaresma; o terceiro à festa pascal. O primeiro Estado pertence ao Pai, que é criador de todas as coisas; o segundo ao Filho, que se dignou assumir nosso limite; o terceiro ao Espírito Santo do qual diz o apóstolo; 'Onde se achar o Espírito do Senhor aí está a liberdade'"<sup>3</sup>

Esta passagem encerra os principais elementos do pensamento de Joaquim. Embora muitas das características de cada Estado possuam um forte simbolismo, elas trazem, explicitamente ou não, o que há de fundamental na novidade joaquimita. A definição dos três Estados diz respeito ao movimento de manifestação da Trindade e articula-se com os

atributos de cada Pessoa. Assim, a Era do Pai é o período no qual os homens vivem sob o rigor da lei, no Temor e, portanto, são como servos ou escravos. Historicamente é a época do Antigo Testamento, o tempo que vai até o aparecimento de Cristo. Na Era do Filho os homens presenciaram a graça e a generosidade do Filho que se fez homem; os homens deste período vivem a Sabedoria e relacionam-se com Deus como seus filhos. É a época do Novo Testamento, que se inicia com Cristo e que teria fim no ano de 1260. A Era do Espírito, que é a novidade, é o tempo no qual os homens viverão e conhecerão uma graça ainda maior e, através da Caridade, serão como amigos de Deus. Este é o tempo, segundo a interpretação espiritual das Escrituras, que se inicia após o período do Filho.

Notamos uma clara distinção entre Joaquim e a tradicional concepção da história, que é a afirmação de uma graça ampliada. Já vimos como é difícil para o cristianismo aceitar que algum outro evento histórico pudesse superar o fato único e irrepetível da morte e ressurreição de Cristo. Não obstante esta dificuldade, Joaquim afirma uma Era do Espírito, que expressa a superação da Era Cristã, e a supera de tal forma que aqueles que viverem na Era do Espírito, por que poderão compreender o mistério de Deus e o da história, por que estarão de posse da plenitude do sentido, prescindirão da própria fé e serão livres.

A consequência imediata de tal distinção é o fim da Era do Filho. Somente é possível se pensar e aguardar o início da Era do Espírito em razão de ter a Era do Filho uma duração determinada. Esta duração, no entanto, de modo algum faz de Joaquim um milenarista ou um pensador escatológico, como alguns chegam a afirmar<sup>4</sup>. Estamos longe de aceitarmos tal idéia. Não é milenarista pois a data que pressupõe como sendo o início da Era do Espírito não marca o final dos tempos ou a parousia; não é escatológico pois não há um fim; e se aceitarmos que Joaquim reconhece um fim, deve-se dizer que é um fim que é um princípio. É certo que ele atesta uma duração tanto para a Era pré-cristã quanto para a Era Cristã, mas isenta-se de estabelecer um término para a Era do Espírito. O final dos tempos em Joaquim, bem como para a própria tradição, identifica-se com o Juízo Final.

A idéia de um *millennium* (Apo. 20) que fomentou diversos movimentos não encontra amparo em Joaquim. No *Expositio in Apocalypsim*, obra que juntamente com a *Concordia e o Psalterium*, compõe a sua trilogia, Joaquim deixa claro que "nos mil anos designam-se todos os tempos que decorrem desde a ressurreição do Senhor até o fim do mundo"<sup>5</sup>. Mas, então, como devemos entender a frase de Crocco que diz ser Joaquim o "mais famoso hermeneuta do Apocalipse de toda idade média"<sup>6</sup>. É verdade que a análise que ele apresenta no *Expositio* obteve

profunda influência e formou escola, principalmente entre os "espirituais" franciscanos, cuja ressonância maior reside no episódio do *Introductorius* de Gerardo<sup>7</sup>. E é justamente no *Expositio* que estão presentes os elementos que, sem dúvida, trouxeram decepções aos seus seguidores, como é o caso do *magnus tyrannus*<sup>8</sup> e do *Praedicatur veritatis*<sup>9</sup>, pontos fundamentais de sua análise sobre o Apocalipse. Muitos joaquimitas que aguardavam ardentemente pelo início da Era do Espírito, segundo Joaquim precedida por tribulações e perseguições até a chegada do líder (*novus dux*), viram as suas esperanças morrerem junto com o imperador Frederico II, em 1250, dez anos antes da data marcada e quando, finalmente, 1260 chegou e nada, do que a profecia joaquimita afirmava, aconteceu. Contudo, estas "falhas" da interpretação joaquimita não invalidam a sua compreensão da história. A idéia do anticristo pertence ao cristianismo e é tão antiga quanto o próprio Cristo. Naquele foram identificados os responsáveis pelas perseguições e, em muitos casos, aqueles que hesitavam em se deixar tutelar pela Igreja. Que esteja presente numa obra joaquimita não é surpreendente e muito menos fundamental. Portanto, se aceitarmos como legítima a afirmação de Crocco, então é preciso que se diga que na sua análise do Apocalipse, não obstante as imprecisões proféticas, estão presentes as características mais importantes do pensamento de Joaquim: a divisão trina da história, as três ordens de homens e a liberdade no Espírito. O que se esclarece na seguinte passagem:

"O primeiro dos três Estados foi sob o tempo da lei, quando o povo do Senhor, ainda criança e sujeito a elementos mundanos, era incapaz de considerar a liberdade do Espírito até que viesse aquele que diz: "Se o filho vos libertar, sereis realmente livres" (Jo. 8,36). O segundo Estado foi sob o Evangelho e permanece até agora, na liberdade certamente, se comparado ao Estado precedente, mas não na liberdade se comparado ao futuro. O terceiro Estado terá início por volta do fim do século, já não sob o véu da letra mas na plena liberdade do Espírito"<sup>10</sup>.

É de se notar um movimento de dupla libertação. Os homens do primeiro Estado, "Sujeito aos elementos mundanos", estão presos à lei e encontram em Jesus a primeira libertação. Mas esta não é plena. É preciso de que mesmo a liberdade que o filho proporciona seja superada para que no futuro, os homens evangelizados sejam realmente livres. Esta liberdade provém do Espírito. A história é, portanto, um caminho em

direção à liberdade que, voltamos a lembrar, se dará na história ("por volta do fim do século") e não fora dela.

Até aqui aludimos à data que Joaquim preconiza como sendo o começo da terceira Era. É preciso agora que apresentemos qual o argumento que leva Joaquim a afirmar o ano de 1260 como tal data. Segundo o Evangelho de Mateus, as gerações que antecederam o Cristo são: "De Abraão até Davi, quatorze gerações; de Davi até o Exílio na Babilônia, quatorze gerações; e do Exílio na Babilônia até Cristo, quatorze gerações". Ao todo são quarenta e duas gerações. O número 42 multiplicado pelos 30 anos de cada geração fornecem o número 1260. Sabe-se, entretanto, que a idade de cada geração não foi sempre de trinta anos, mas o que Joaquim procura não é propriamente a idade mas a base mística do número trinta, que se refere à Trindade e também ao fato de que Jesus tinha trinta anos quando iniciou a sua vida pública, começando a ter os seus primeiros *filli spirituales*. A outra explanação sobre esta data está no *Expositio* e parte da fuga para o deserto da "mulher vestida com o sol" onde lá permaneceu 1260 dias. Esta mulher, como diz Joaquim, "designa a Igreja Universal dos Católicos"<sup>11</sup>. Logo, a própria Igreja deve preparar-se para a sua superação, quando da Era do Espírito.

Já dissemos que ao pensar a história Joaquim parte da idéia de um exemplarismo mas que, de alguma forma, opera uma superação de tal idéia ao apresentar novos elementos que servem à consideração da história. É preciso demonstrar o que estamos a dizer.

A história até aqui apresentada possui certos marcos divisórios: A Era do Pai vigora até a chegada do Cristo; a Era do Filho permanece até o ano de 1260 e, finalmente, a Era do Espírito que tem datação para seu início mas não para seu fim. Bem, estas Eras marcam a história pontualmente, transformam o exemplarismo, radicalizando-o numa semelhança trina, mas não é somente isto a novidade que Joaquim apresenta. O que realmente leva Joaquim à afirmação da Era do Espírito, além dos argumentos exegéticos que veremos adiante, é o movimento da própria história e mais que da história, é próprio da vida. Ao dizer que a história possui *aetates ou status*, Joaquim não deixa de ter em mente que o mundo tem uma certa idade. E é justamente esta noção de idade, de duração de vida, de permanência, de aparecimento e desaparecimento, de nascimento e morte, que fornecem a Joaquim a sua compreensão da história.

Certamente o primeiro, mas não decisivo, argumento que conduz à convicção da Era do Espírito é o teológico. Como vimos, é em razão de ter uma definição sobre as propriedades e atividades das Pessoas Divinas é que Joaquim pode encontrar um nexos entre a Trindade e a História, a relação *ad extra*. No entanto, este argumento não é decisivo pois, mantendo-se na órbita do exemplarismo, não fornece uma explicação

"orgânica" do desenvolvimento histórico<sup>12</sup> de como uma época possibilita a sua posterior; de que forma historicamente uma Era nasce, floresce e declina e uma outra superando este declínio, nasce em seu lugar.

A elaboração de uma explicação orgânica do desenvolvimento histórico não implica, em nosso entendimento, na busca de um princípio meta-histórico. Se, como diz Joaquim, a história é "cognoscível para ser amada e reconhecida"<sup>13</sup> então é necessário que exista um princípio realmente histórico que se faça presente a cada momento. Este princípio, como colocamos em nossa Introdução, é um princípio derivado, um princípio numa segunda acepção, que fornece à história um sentido próprio. A Divindade parece perder um pouco de sua força e providência mas, se considerarmos que a história é sempre a história dos homens e que estes espelham os atributos Pessoais de Deus, então veremos que Deus é reafirmado não como um princípio inerte e exterior à história mas como um princípio que vive a história e que a possibilita concedendo-lhe o movimento constante de geração e corrupção. O Deus Trino demarca três etapas da história e engendra nesta um outro princípio que a realiza enquanto história. Tal princípio, repetimos, é Declínio e Superação.

Do exposto acima, talvez, pudéssemos colocar o seguinte problema: Se Deus manifesta-se na história, através das Três Pessoas em três épocas distintas, embora todas juntas ao mesmo tempo, poderia-se então perguntar se não está o mesmo Deus sujeito a este segundo princípio, que, a rigor é próprio somente das criaturas, na medida em que dele depende para o transitar de sua graça. Como Deus pode realmente cumprir a promessa de salvação senão por que é da história tal princípio? Um tal questionamento acabaria por trazer à atividade *ad extra* um movimento que é inexistente nas relações *ab intra* e mais que isso, comprometeria a eternidade divina, sujeitando-a a um princípio temporal. Ora, a dificuldade é notória pois em se aceitando tal suposição aceitaria-se que Deus precisa da história tanto quanto o homem que, em termos cristãos, nela encontra a possibilidade de salvação.

Este problema, no entanto, não se coloca para Joaquim. Deus não tem necessidade da história mas, ao contrário, a história existe em função do homem. Que exista um princípio propriamente histórico e que somente na história esteja presente se deduz da própria idéia de Deus, no qual não há transmutação ou vicissitudes<sup>14</sup> ele é "um princípio sem princípio, o que não começa çalguma vez a ser, mas sempre era aquilo que é"<sup>15</sup>. É princípio incondicionado e condição de todo existente. Não precisa da história senão em razão de sua bondosa disposição salvacionista, e isto não o condiciona a outro princípio senão que este é por Ele imposto às criaturas à história. Está presente na história não por necessidade mas por sua vontade. Nessa se manifesta e em se manifestando, como num acúmulo de graça, possibilita ao homem a sua superação e então, "nesse

momento ver os extraordinários mistérios"<sup>16</sup>. A Era do Espírito é a manifestação histórica do Espírito Santo. Não, decerto, como um acontecimento histórico semelhante ao que marcou o início da Era do Filho, mas como uma efusão maior do "espírito de verdade". Dos argumentos exegéticos que Joaquim apresenta ao longo de sua obra atemo-nos ao que é fundamental ao terceiro Estado: A vinda do Paráclito. Expresso no discurso de despedida de Jesus, o Paráclito é uma promessa e, enquanto tal, o seu cumprimento é uma questão de tempo. Claro está que este tempo é a Era do Espírito. Mas, este tempo é o quinto e o último segundo a divisão histórica que Joaquim apresenta no *Psalterium*, onde ele analisa a promessa do Paráclito, afirmando uma manifestação histórica do Espírito, além daquela que ocorreu no Pentecostes, quando o Espírito desceu sobre os apóstolos. Não deixa de ser oportuno notar que o *Psalterium* é dedicado ao Espírito Santo e que foi durante as festividades pentecostais que Joaquim recebeu a elucidação do mistério trinitário.<sup>17</sup>

A divisão apresentada no *Psalterium* é talvez a mais importante do ponto de vista da relação entre a Trindade e a História. Ela é colocada logo em seguida que Joaquim disserta sobre as cinco relações<sup>18</sup> pessoais e, portanto, esta divisão tem como fim não apenas uma demarcação histórica, mas, principalmente, uma divisão pela qual cada tempo determinado expressa uma das relações interpessoais. Assim, no primeiro tempo Abraão recebe o significado da primeira relação, Deus manda-lhe um filho como enviará o seu próprio Filho. No segundo tempo, o Filho alude à relação com o Pai através do Anjo do Senhor que orienta o povo de Israel na travessia do deserto introduzindo-o na terra prometida. No terceiro tempo, semelhante à terceira relação, o Espírito Santo se apresenta através dos reis e profetas, como quando Samuel unge Davi; é a imagem, ainda que velada, da Trindade<sup>19</sup>. De forma reduzida, Joaquim assim descreve os três primeiros tempos:

"Porque, então, no primeiro tempo Deus se revelou como Pai, entre os pais que estiveram antes da lei; no segundo tempo o Filho é demonstrado no Anjo do Senhor, o qual é chamado de Deus e Senhor; o terceiro sucede a exibição do Espírito Santo que se expressa pelos reis e profetas; aparece no terceiro, ainda que sob um obscuro enigma, toda a Trindade, que é um Deus, ao mesmo tempo operante, e o qual não é somente um Deus, mas Pai e Filho e Espírito Santo"<sup>20</sup>

O quarto tempo, segundo Joaquim e conforme a quarta relação entre as Pessoas (pela qual dois são enviados de um), é a época inaugura-

da pelo Filho e pelo Espírito Santo; o batismo de Jesus, que tem sobre ele a "pomba descida do céu", isto é, o Espírito Santo, significa que "ambos foram enviados pelo Pai para a redenção do gênero humano"<sup>21</sup>. Finalmente, o quinto tempo é como descreve Joaquim:

"Mas vejamos agora este quinto tempo, no começo do qual nós estamos, no qual o Espírito Santo enviado pelo Filho ainda deve agir e agirá muito mais poderosamente do que fez até aqui para que todos aprendam a honrar o Espírito Santo como honram o Pai e o Filho. Em que? Sem dúvida, no seu evangelho. Pois não o honrará como convém quem não recebe com submissão e devoção o seu Evangelho. E qual é este Evangelho? Aquele do qual João diz no Apocalipse: ("Vi um anjo voando pelo meio do céu e lhe foi dado um evangelho eterno"). E o que é aquele Evangelho? O que procede do Evangelho de Cristo, pois a letra mata e o Espírito vivifica. É por isso que aquele que é a própria verdade, disse: 'Quando vier o Espírito de verdade, vos ensinará toda a verdade'. E para mostrar que este Evangelho tomará o Evangelho de Cristo e da Escritura, e como, mudando a água em vinho, inebriará os eleitos, acrescentou dizendo: 'Não falará por si próprio, mas falará tudo aquilo que ouvirá e a vós o anunciará. Ele me glorificará por que receberá do que é meu e o anunciará'. É necessário, portanto, que ele mude as nossas mentes, o que ele pode fazer quando e como quer, como Deus, e que transfira os nossos corações dos desejos carnis para o amor das coisas celestes, para que, de algum modo, não sejamos mais o que fomos, mas comecemos a ser outros."<sup>22</sup>

É de se notar que a história, através dos cinco tempos, é sempre a história na qual se manifesta o mistério da Trindade. Isto significa que Deus, ainda que de modos diversos e, por vezes, enigmáticos, presencia-se na história e faz desta o lugar mesmo para seu conhecimento. Neste sentido, a divisão da história em cinco tempos é mais apropriada pois ela indica a manifestação de cada Pessoa, não isoladas uma da outra, mas segundo as relações pessoais e é por essa razão que no último dos tempos torna-se manifesto, de forma clara, que Deus é três Pessoas e as três Pessoas são Deus. Eis aqui outra vez a relação íntima entre Deus e a história. Conhecer o primeiro representa para o homem estar na história à espera do Espírito que "ensinará toda a verdade". Decifrar na segunda o



sentido mais oculto de sua existência é, na verdade, alcançar o conhecimento de Deus, meta que somente se atinge quando da Era do Espírito.

Deve-se considerar também que o "Evangelho do Espírito", o evangelho eterno que o anjo do Apocalipse carrega, viria após a morte de Joaquim a ser considerado como um Terceiro Testamento. No entanto, não parece acertado tal consideração. O evangelho do Espírito, como diz Joaquim, "procede do Evangelho de Cristo e da Escritura", isto é, dos dois testamentos, da mesma forma que a própria pessoa do Espírito procede de ambos (Pai e Filho) que se referem, respectivamente, ao Antigo e ao Novo Testamentos. Mas, então, qual é a boa nova, a notícia feliz que anunciará o Espírito? Que fará o Espírito para que "começemos a ser outros"? Que transformação é esta que, como mudando a água em vinho, inebriará corações e mentes e os conduzirá ao conhecimento da verdade?

Certamente responder tais questões é fundamental para que se compreenda o pensamento de Joaquim. Contudo, elas exigem um lugar apropriado para serem respondidas. Deixaremos para mais adiante esta tarefa e nos fixaremos agora na novidade que Joaquim apresenta no que diz respeito ao movimento histórico, que fornece-lhe, como dissemos anteriormente, um princípio numa segunda acepção.

A Figura XI do *Liber Figurarum*<sup>23</sup> é uma das que expressam com maior clareza o pensamento de Joaquim. Se na figura do Saltério (XIII) está representado o mistério trinitário, a figura dos Círculos Divinos ilustra a relação entre a Trindade e a história, expondo de que maneira os Estados relativos às Pessoas Divinas formam uma unidade, quer no próprio Deus, quer na história. São, de fato, três círculos que se justapõem, simbolizando, respectivamente, Pai, Filho e Espírito Santo e têm como fundo, perpassando todos os três círculos o nome IEUE<sup>24</sup> à semelhança de cada Pessoa, cada círculo indica o Primeiro, o Segundo e o Terceiro Estado. Duas observações devem ser feitas. A primeira é que por estarem justapostos cada círculo mantém uma seção de contato com os outros círculos. Assim, o círculo do Pai, do Velho Testamento e do Primeiro Estado, encontra-se com o círculo do Filho, do Novo Testamento e do Segundo Estado e ainda, com o círculo do Espírito Santo e do Terceiro Estado. Disto se segue que o centro da história encontra-se no ponto de interseção dos três círculos, quando as três Pessoas ao mesmo tempo são um Deus e, historicamente, são desta forma reconhecidas. A segunda observação é que os círculos, tomados agora como o próprio movimento histórico, representam passado, presente e futuro. E, neste sentido, por que cada círculo "invade" os outros, deve-se entender que, segundo Joaquim, o presente assume o seu passado em função do futuro. Cada acontecimento histórico é sempre o cumprimento de seu passado e a expectativa de seu futuro.

A partir da sugestiva figura do círculos divinos podemos dar um passo decisivo na compreensão de Joaquim. Vimos que as divisões propostas por ele determinam limites para cada período histórico: que os três Estados têm início e fim (se bem que na Era do Espírito o fim não seja determinado); que nos cinco tempos já se encontra uma certa justaposição da manifestação histórica das Pessoas, pautada nas relações pessoais; e, finalmente, que tais divisões não explicam, propriamente, a história em seu desenrolar. Ou seja, é preciso demonstrar que a história, possuidora de tais limites, não acontece como eventos isolados, de uma forma que se entenda que só o presente existe, mas ao contrário, a história como aparecimento e desaparecimento de cada momento presente "é" em virtude de seu passado, que se faz vigente possibilitando-o e do seu futuro ao qual é destinado. Estas considerações tornam-se claras entendendo a história a partir de um desenvolvimento vital, que leva em conta uma relação intrínseca entre os momentos da história, pelo qual passado, presente e futuro constituem o modo de ser da história. Vejamos como Joaquim apresenta esta relação:

"O primeiro Estado iniciou-se com Adão, frutificou em Abraão e terminou em Cristo: O segundo Estado iniciou-se em Zacarias, Pai de João Batista, estimado para acabar nestes tempos. O terceiro Estado, tendo início com São Bento, começara a mostrar seu fruto a partir da vigésima segunda geração deste mesmo santo homem, deverá acabar no final dos tempos".<sup>25</sup>

Com esta passagem torna-se claro que os Estados da história não se sucedem simplesmente no tempo mas que estão relacionados de tal forma que o futuro esteja já no passado recolhidos ambos pelo presente. Vemos que o tempo que Joaquim vive (*in temporibus istis*) é o declínio, o fim (*consumatio*) da Era do Filho; seu início (*initiatio, initium*) deu-se com Ozias, quer dizer, durante a Era do pai, e alcançou a sua maior expressão (*fructificatio*) através de Zacarias, pai de João Batista, o tipo do homem cristão. Agora, a frutificação da Era do Filho, que é o próprio João Batista e não Cristo, é também o declínio da Era do Pai, isto é, a figura histórica de João traz o modelo da prática cristã; nesta se encontra a superação do homem do primeiro Estado, de forma análoga a Cristo, que não é o iniciador do tempo cristão mas que ao frutificar determina o declínio da segunda Era. Mas qual é o fruto que advém de Cristo e que, segundo Joaquim estaria próximo de aparecer? O próprio Espírito. Historicamente poderia-se pensar num único homem que encerrasse nele mesmo as características espirituais da verdade (como um Predicador da verdade), mas a superação do tempo e da ordem cristãos é o próprio agir

do Filho. Neste sentido é que Jesus, como escreve Joaquim, "é a própria verdade". Portanto, o homem espiritual, à semelhança do Espírito Santo, é a própria manifestação da verdade, da bem aventurança que ensinou Jesus. E aqui, bem aventurança não implica numa dimensão meta-histórica mas numa "praxis de vida".<sup>26</sup>

Devemos observar que o iniciador da Era do Pai é Adão e o da Era do Filho é Ozias. Estes inícios são, na verdade, uma confirmação, por parte de Joaquim, de que ambos os Estados devem terminar e deixar que verdade seja manifesta. Sem dúvida o pecado de Adão é mais grave que o do rei Ozias, mas ambos significam um começo faltoso. No caso de Ozias é, talvez, a condenação que Joaquim faz do seu próprio tempo, no qual assiste uma violação do poder espiritual por parte do poder temporal. Não podemos deixar de lembrar a postura renovadora que Joaquim almeja na Igreja, seja pela sua opção cisterciense, seja, principalmente, pela instauração da *Ordo Florensis*<sup>27</sup>. Destarte a imperfeição dos Estados precedentes é necessário que estes declinem para o conhecimento pleno de Deus. Assim como a Era do Pai declinou e foi superada pela Era do Filho, agora, a Era do Filho deve declinar e ser superada pela Era do Espírito.

O início do segundo Estado encontra-se no próprio Estado anterior: de igual modo, o início do terceiro Estado se dá na vigência do segundo Estado. Tal início é apontado em São Bento, fundador do monaquismo ocidental, do qual surgiram os cistercienses e, portanto, o próprio Joaquim. Disto se conclui que o início, a frutificação e o declínio de cada Estado estão justapostos, bem como os círculos divinos. Sobre isto escreve Joaquim:

"... em todos estes tempos, os limites que são marcados não devem ser considerados absolutamente, mas deve ser considerado o início do seguinte a partir da metade do tempo presente e sua frutificação no fim do precedente"<sup>28</sup>

Isto evidencia que ao pensar a história Joaquim a considera a partir de seu modo de ser, isto é, a partir de sua historicidade. *Initiatio*, *fructificatio* e *consumatio* designam a realização da história. *Initiatio* é início, nascimento; *fructificatio* é também concepção, no sentido de trazer à luz, de *clarificatio*; *consumatio* é limite, fim, término, declínio. Ao compreender a história como nascimento, frutificação e declínio, Joaquim está aludindo ao ciclo vital, de nascimento e morte, que demarcam um certo instante do percurso histórico, como um intervalo temporal que frutifica e frutificando origina um outro intervalo, este um outro e assim

até o final dos tempos. Mas aqui devemos fazer uma observação. Dissemos que esta compreensão da história está pautada num princípio de segunda aceção e que tal princípio é Declínio e Superação. Bem, a idéia do declínio provém de *limes*, de *terminus*, de *consumatio*. Contudo, o que não deixa de provocar uma certa inquietação é o fato de Joaquim utilizar o termo *consumatio*<sup>29</sup> e não *consummatio*, o que seria correto gramaticalmente, pois *consummatio* provém do verbo *consummare* e não de *consumere*, cujo participio é *consumptus*. Alguns autores acreditam que o termo correto que Joaquim teria querido utilizar é *consummatio*.<sup>30</sup> No entanto, é de se notar que se há um erro, ele se repete em várias passagens de sua obra. É de se pensar que o verbo utilizado é *consummare* ("consumavit"). No entanto, entre estes dois verbos há uma sutil diferença: *consummare* significa conduzir ao *summus*, isto é, à perfeição, ao mais elevado; enquanto *consumere* designa um enfraquecimento, uma destruição ou um declínio. Percebe-se quanto é inquietante esta distinção para se pensar a história segundo Joaquim.

A idéia de um declínio, como enfraquecimento, parece mais apropriada do que a de uma perfeição alcançada. Isto torna-se claro quando levamos em conta, primeiro a Figura XX do *Liber Figurarum*<sup>31</sup> na qual se lê "*defectus primus status*", "*defectus secundi status*", "*defectus tercii status*"; e segundo, tendo vista que a perfeição designada pelo termo *consummatio* é colocada por Joaquim para um além da história, como escreve no *Psalterium Decem Chordarum*:

"Aquilo que é dito no tempo médio, isto é, no tempo dos reis e profetas, é dito mais para expor os acontecimentos futuros *in patria post finem mundi*, do que para se crer que tanto mistérios terminariam naquele tempo. Portanto, no futuro século se alcançará a perfeição (*Consummandum est*)<sup>32</sup>

Vemos que a idéia de uma perfeição é afastada pois como diz Joaquim, "*in vita ista non est in veritate regnum sed exilium*"<sup>33</sup>. Portanto, uma consumação em termos de perfeição é algo que Joaquim não impõe à história. Mas, se tal perfeição é negada, de que forma deve-se entender a "plenitude do sentido" que Joaquim anuncia se realizar com a Era do Espírito? Nisto, veremos adiante, reside o significado que Joaquim concede aos homens espirituais e à sua ação, a salmódia.

Do que foi exposto entende-se que o declínio é o limite de todo existente. Não decerto como um fim que simplesmente acaba, como um passado que passou, mas como um passado que dispõe sempre, e a cada momento, determina a possibilidade de superação, uma supremacia do porvir. Declínio e Superação se articulam, da mesma forma que o declí-

nio da Era do Pai "Coincide" com a frutificação da Era do Filho, da mesma forma que o declínio da Era do Filho "coincide" com a frutificação da Era do Espírito. Neste sentido, o passado se faz vigente no presente e este, por que declina, tem como destino a sua superação. O exemplo histórico de Jesus é esclarecedor pois ele é o cumprimento de promessa (o passado) e o anúncio do Paráclito (o porvir); ele é o "meio" da história pois se manifesta entre os outros dois Estados, por que ele junto com o Pai enviam o Espírito, bem como no presente, passado e futuro se articulam.

Considerando que o declínio de uma Era coincide com a frutificação da Era seguinte, tem-se que o declínio não é somente um fim mas a superação que a própria Era presente possibilita. Frutificar é superar uma disposição presente; vale dizer, portanto, que declínio é um fim que é um começar de novo. E é neste sentido que a história é sempre recomeço, é uma repetição do ciclo de vida, uma renovação, um rejuvenescimento do homem, uma restauração da graça perdida: é o que significa a Era do Espírito, simbolizada pela criança<sup>34</sup>

Passemos agora a exposição da história a partir das ordens humanas nas quais Joaquim encontra a semelhança das Pessoas e de seus atributos, que determinam-se historicamente, como num *transitus gratiae*<sup>35</sup>

A existência de certas ordens de homens, que expressam uma semelhança divina é a consequência imediata de compreender que a história se divide em três Estados. Reconhecendo na história uma Era do Pai, uma Era do Filho e uma Era do Espírito Santo, deve-se reconhecer que cada Pessoa, por que é determinante de sua respectiva época, imprime ao homem a sua semelhança, a partir de seus próprios atributos. Isto não implica numa divisão da natureza divina pois, como diz Joaquim, as três Pessoas operam ao mesmo tempo, ainda que seja próprio de cada um atributo determinado. O fato de que em cada Era estejam presentes todas as Pessoas quer dizer que é pelo homem que a história se realiza, na medida em que cada homem estando e vivendo no seu próprio tempo e na semelhança que exprime, recebe seu passado e dispõe seu futuro. Isto significa que o bem agir de cada homem de cada época é sempre uma vocação destinada por Deus. Estando na história, o homem ouve o chamado e o mistério divino e respondendo-o faz a história. É como escreve Joaquim:

"Três instrumentos de virtudes são a nós ofertados, atribuídos por Deus àqueles que são chamados a responder... pois aqui, dada a ocasião do mistério, deve-se afirmar plenamente sobre esses, quer por que pertencem

cem a eles as semelhanças para com aquela suprema Trindade, que opera toda em todas as coisas segundo o designio de sua vontade; quer por que estes mesmos três instrumentos convém isoladamente às três ordens do eleitos que são criados à imagem de Deus. Deste o primeiro é o trabalho das mãos, o segundo estudo das lições, o terceiro a devoção da oração e da salmódia".<sup>36</sup>

Os instrumentos descritos por Joaquim relacionam-se com certas ordens de homens. Todos os três, o trabalho, a sabedoria (da letras) e a salmódia, são características próprias de cada Estado e espelham um atributo Pessoal. Assim, no primeiro Estado, o trabalho dos homens mantém-se sob o Temor do Pai; no segundo Estado a leitura é a imagem da sabedoria do Filho; no terceiro Estado, pela salmódia "nos fixamos no Espírito Santo"<sup>37</sup>. Estas virtudes às quais são designados todos os homens possuem um sentido bem definido; é pela ação dos homens na história que se alcança a Era do Espírito:

"Pois não é suficiente para a perfeição somente o trabalho das mãos, nem somente a leitura sem que seja construída também a salmódia".<sup>38</sup>

Nota-se que existe nas virtudes dos dois primeiros Estados um direcionamento para o futuro, para a ação dos homens do Espírito. E aqui Joaquim nos diz de uma perfeição: não certamente, a perfeição que há na eternidade de Deus, mas a perfeição do modo de ser do homem, que, por estar no mundo, é sujeito ao declínio, ao desaparecer para, então voltar a aparecer. Esta perfeição é antes de tudo o estar se fazendo, e sempre por fazer, do homem que encontra numa determinada ação, no despojar-se perante o mundo, o sentido mais oculto de sua existência. E, neste sentido, o "estudo das lições" representa a superação do "trabalho das mãos", o homem do segundo Estado a superação do homem do primeiro. Como escreve Joaquim, a perfeição é algo construído pelos Estados anteriores, pois não seria possível um futuro espiritual se já na Era do Pai e do Filho não houvessem como os "germes" que a possibilitam. Tal perfeição é uma transformação engendrada na história pelo próprio homem, que à semelhança de Deus, responde ao chamado "tocando" seus instrumentos e dizendo do sentido da existência; decerto virá a tocar mais harmoniosamente quando estiver mais e mais calado, ouvindo o silêncio do mistério divino".<sup>39</sup>

Os três instrumentos da virtude, próprios de cada época determinam três ordens de homens. Estas constituem o homem na história e o

representam não isoladamente mas como uma unidade que é trina. Denominando estas três ordens, escreve Joaquim:

"O gênero humano é um na sua natureza, mas distinto em uma trindade de ordens. A primeira é a dos cônjuges, criada à imagem do Pai; a segunda é a dos clérigos, instituída à imagem do Filho; a terceira é a dos monges, à semelhança do Espírito Santo. E na verdade, a ordem dos conjuges não deriva de nenhuma ordem e é instituída para a procriação dos filhos; a ordem dos clérigos não provém de si mesma, mas somente da geração da ordem dos conjuges, tampouco foi instituída para a procriação de filhos, mas para divulgar a palavra de Deus, tal como Cristo do qual é a imagem. A ordem dos monges procede de ambas, pois na vida monástica são recebidos tanto os conjuges quanto os clérigos".<sup>40</sup>

A *ordo monachorum* representa os homens da Era do Espírito e, enquanto tal, é a própria superação do homem cristão, de seus atributos, da *ordo clericorum*. Certamente, a idéia do monacato, estabelecida por São Bento, é o modelo que Joaquim persegue. A *Ordo Florensis*, neste sentido, é uma tentativa de resgatar tal idéia e, considerando que é São Bento iniciador da Era do Espírito, é a própria realização histórica da ordem do Espírito. Segundo Mottu, a postura de Joaquim de restabelecer as prerrogativas de uma vida monástica representa um "retorno anacrônico para um cenobitismo que sonha voltar ao eremitismo radical dos tempos heróicos"<sup>41</sup>. Esta afirmação deve ser refletida pois, embora seja correto pensar um "retorno" no pensamento de Joaquim este não faz com que possamos considerá-lo um pensador alheio ao seu tempo, aliás, profundamente marcado por transformações.<sup>42</sup>

É por que Joaquim vive uma época de mudanças que seu pensamento ganha força. O "retorno" que podemos considerar em Joaquim, expressa na idéia de uma *Ordo monachorum*, é uma alternativa e uma disposição em relação ao futuro. Longe de ser um estranho em sua época, Joaquim representa uma possibilidade perante a prática escolástica. Esta é, para Joaquim, a expressão nítida do declínio de um tempo. A escolástica é como um fruto tardio da *Ordo clericorum*. Ela surge através da ação do homem cristão que, à semelhança do Filho, deve construir uma ciência, uma teologia para compreender Deus. O homem das *lectiones*, por que vigora na Sabedoria do Filho, busca com os métodos sentenciários,

estabelecer a cognoscibilidade de Deus. Sobre isto é esclarecedor o que escreve Joaquim:

"Uma coisa é, certamente, olhar para aquilo que está feito, outra coisa é observar o que fez o que está feito, assim como uma coisa é conhecer alguma coisa para que seja conhecido, outra coisa é conhecer para que seja amada: aí, é somente a ciência que geralmente infla, aqui, é a caridade que, com sabedoria, edifica".<sup>43</sup>

Ao dizer que uma coisa é a origem ou o princípio de tudo que é e que outra coisa é o que é originado, Joaquim aponta para uma diferença fundamental na ordem do existente. Esta diferença não é levada em conta pela ciência que "infla", por que não basta, segundo Joaquim, querer conhecer o que é em razão deste querer. Conhecer significa que o homem de sua época, os primeiros escolásticos, desconsideraram a propriedade daquele que eles são a semelhança. Ora, o Filho é sabedoria por que possibilita ao homem a graça de uma compreensão de Deus e da História. Mas somente uma e não a compreensão que liberta, aquela quem provém do Espírito e que todo homem deve procurar.

Situando-se na dimensão do conhecimento da letra, a Escolástica representa um entrave para uma compreensão mais originária e mormente agracia. E, o "conhecer para amar", designa o conhecimento que liberta, o que possibilita ao homem o sentido da origem; significa o abandono não só das *lectiones* mas da própria mundanidade. Daí a razão do cenobitismo de Joaquim. Só a partir de um recolhimento é que o homem, salmodiando, pode chegar à origem. A idéia de que o amor liberta e de que a caridade edifica, é a possibilidade que Joaquim apresenta contra essa vontade de conhecimento. Decerto que o conhecimento que se alcança na Era do Espírito não é algo que possa ser exposto nos termos da ciência mas, isto sim, é a contemplação e a compreensão do mistério da origem que, embora esteja sempre aí, não se torna totalmente evidente senão a partir da salmódia, a atividade própria da ordem monástica.

Percebe-se que a postura de Joaquim perante a sua época é distante. Contudo, é um virtude dessa dessa que Joaquim escreve, como que conclamando os seus contemporâneos a uma transformação. Não deixaria de fazer sentido considerar que Joaquim é estranho à sua época somente na medida em que seu pensamento diz respeito a um outro homem, ao homem do futuro, um homem que, de certa forma, "deixa de ser homem" (*desinat homo esse homo*)<sup>44</sup>. E, neste sentido, Joaquim é um pensador do porvir e a história na perspectiva de uma superação do próprio homem é uma notícia precoce, e, aí, sim, anacrônica.



Uma última observação deve ser feita sobre as três ordens. Se a história em sua realização é sempre trina, constituindo-se no passado, presente e futuro através das três Eras e é, ainda assim, uma história; se Deus é trino e um, segue-se que o homem, disposto numa divisão trina, constitui também uma única unidade. Os atributos de cada ordem por que espelham os atributos divinos, não dizem respeito a um só homem ou a uma única Pessoa, mas dizem do modo de ser homem. Como escreve Joaquim, as três ordens são necessárias pois assim se faz o homem.

"Posto que percebe-se nestas três ordens uma certa unidade, na qual se encontram reciprocamente, a fim de que seja visto que no trabalho não há só poder, mas que saber e querer são necessários, na leitura não há somente saber, mas também poder e querer e na salmódia não somente querer mas saber e poder estão presentes"<sup>45</sup>

Assim, as três ordens designam a própria condição humana. Embora deva-se dizer que na salmódia é superada esta condição, as três ordens, através dos instrumentos que lhe são conferidos, formam a unidade das possibilidades do homem. Uma unidade que é o caminho do ser humano. Certamente um caminho que, segundo Joaquim, conduz à superação - o homem espiritual - mas no qual estão presentes todas as possibilidades. E aqui não há nenhuma teoria de progresso. A história, ao contrário, é um caminho mas é um certo regresso, na medida em que a *Ordo monachorum* reconhece na Trindade o princípio de todas as coisas. De existirem três ordens de homens, compreende-se que o homem, através das três Eras da história, mantém sempre uma determinada relação com este princípio. Como escreve Joaquim, o homem vive no primeiro Estado, sob o Temor do Pai, e beija seu pé; no segundo Estado, através da leitura, o homem beija a mão e, na Era do Espírito, pela salmódia, o homem beija a boca de Deus.<sup>46</sup>

"Na ação, certamente, abraçamos o pé, por que com essa demonstramos pia e fielmente sermos os servos de Deus: na leitura abraçamos a mão, por que com essa intuimos a obra divina feita na sabedoria; na contemplação abraçamos o rosto, por que com essa nos unimos a Deus onipotente num beijo de paz, cuja boca nos destila a doçura do Espírito".<sup>47</sup>

Torna-se claro que a relação do homem é sempre com a sua origem e que é na Era do Espírito que ele a esta se une, percebendo-a, como num beijo amistoso e não mais como escravo ou estando sujeito a letra. Esta união, presente em boa parte do pensamento místico, não é uma compreensão absurda. Tal união é, como dissemos, a plenitude do sentido, a compreensão, por um lado, de uma diferença fundamental entre Trindade e história e, por outro lado, a compreensão de que, embora distintas, eternidade e temporalidade mantêm uma semelhança e se relacionam enquanto origem e originado. Naquela a pura possibilidade de tudo que existe, nesta um princípio, por aquela engendrado, que realiza a história como história. Unir-se, deste modo, significa recolher, a partir da história, o sentido da existência; significa que na contemplação o homem ausculta o princípio sem princípio que, embora não se expresse de forma explícita pois o discurso é o limite do homem, manifesta-se em toda a história. Decerto esta manifestação não é visível enquanto tal, mas se mostra como um princípio derivado, como declínio e superação, que, neste sentido, é também o princípio hermenêutico da compreensão de Deus.

*Notas:*

- 1 Psalt. p. 151: "Si autem secundum quod Augustinus docet, in typo memoriae, rationis et amoris, unusquisque est potentia, sapientia et amor, restat ut nihil minus sit singulus quam simul tres".
- 2 A divisão em quatro tempos pertence unicamente ao *Tractatus super quatuor Evangelia*; a divisão em cinco tempos ao *Psalterium*: a de sete tempos mormente ao *Tractatus*, embora esteja presente no *Psalterium*. As demais pertencem ao *Liber Figurarum* e à *Concordia*.
- 3 *Concordi Novi et Veteris Testamenti* V, 84: "Tres denique mundi status divinae nobis paginae sacramenta commendat. Primo in quo fuimus sub lege; secundus in quo sumus sub gratia; tertius, quem e vicino expectamus, sub ampliori gratia... Primus ergo status in scientia fuit; secundus in potestate sapientiae; tertius in plenitudine intellectus. Primus in servitute servili; secundus in servitute filiali; tertius in libertate. Primus in flagellis; secundus in actionibus; tertius in contemplatione. Primus in timore; secundus in fide; tertius in charitate. Primus status servorum este; secundus liberorum; tertius amicorum. Primus senum; secundus juvenum; tertius puerorum. Primo in luce siderum; secundus in aurora; tertius in perfecto die. Primus in hieme; secundus in exordio veris; tertius in aestate. Primus protulit urticas; secundus rosas; tertius lilia. Primus herbas; secundus spicas; ter-

- tius triticum. Primus aquam, secundus vinum, tertius oleum. Primus pertinet ad septuagesimam; secundus ad quadragesimam; tertius ad festa paschalia. Primus itaque status pertinet ad Patrem, qui est auctor omnium; secundus ad Filium, qui assumere dignatus est limum nostrum; tertius ad Spiritum Sanctum de quo dicit Apostolus: "Ubi Spiritus Domini ibi libertas". (Cf. citação de Crocco op. cit. p.78)
- 4 Jacques Le Goff, 'A Civilização do Ocidente Medieval' Vol II, p. 300 e ABBAGNANO, Nicola "Dicionário de Filosofia". Ambos incluem Joaquim nos verbetes sobre o Milenarismo. Curioso é que Abbagnano o coloca junto com Kant em tal verbete.
  - 5 Expositio V, f. 211 r: "In mille annis designatur omne tempus quod decurrit a resurrectione Domini usque in finem mundi". (Cf. citação de Crocco op. cit. p. 51)
  - 6 Crocco op. cit. p.44
  - 7 Gerardo de San Donino, franciscano de Paris, publica em 1254 uma síntese das idéias de Joaquim. Isso desencadeou uma crise dentro da ordem, sendo João de Parma substituído por São Boaventura no cargo geral. Gerardo foi condenado à prisão perpétua pelas idéias subversivas que expressava o seu *Introductorius*.
  - 8 Historicamente o magnus tyrannus costuma ser identificado com o Imperador Henrique IV, da dinastia Hohenstaufen, na época de Joaquim e mais tarde, com o seu filho Frederico II.
  - 9 A idéia de um Predicador da verdade seria tomada pelos espirituais, que viram em Francisco tal atribuição. Em Joaquim esta idéia designa o início da Era do Espírito.
  - 10 Expositio Lib. Introductorius V, f.5 r: "Primus trium statuum fuit sub tempore legis, quando populus Domini adhuc pro tempore parvulus serviens erat sub elementis huius mundi, non valens adipisci libertatem spiritus, quousque veniret ille qui ait: 'Si Filius vos liberaverit, vere liberi eritis'. Secundus status fuit sub Evangelio et manet usque nunc, in libertate quidem respectu paeteriti, sed non in libertate respectu futuri. Tertius ergo status erit circa finem saeculi, iam non sub velamine litterae, sed in plena spiritus libertate." (Cf. Crocco, op. cit. p.80)
  - 11 Ibid. IV, f. 154 v: "Igitur haec Mulier amicta sole generaliter designat universam catholicorum Ecclesiam" (Crocco, op. cit p.50).
  - 12 Dos comentadores da obra Joaquim, somente H. Mottu aventa a hipótese de um princípio numa segunda acepção, tal como sustentamos aqui. (op. cit. p. 219).
  - 13 Psalt. p. 180. Ver nota 15 de nossa Introdução.
  - 14 Psalt. p. 177: "apud Deum autem non est transmutatio nec vicissitudinis obumbratio".

- 15 Ibid. p. 173 principium sine principio, quia non aliquando coepit esse, sed semper erat quod est".
- 16 Ibid. p. 217: "Qui sic orat et psallit laudans et invocans deum suum...excedit hominem, supergreditur angelum, requiescit in deo. Ibi respicit mira misteria".
- 17 Ibid. p. 89: "... et conterritus nehementer compulses nem invocare Spiritus Sanctum, cuius sacra solemitas erat". e p. 91.
- 18 Ver capitulo anterior
- 19 Sobre a diferença entre os cinco tempos, ver Psalterium 343 ss.
- 20 Psalt. p. 349: "Quia igitur in primo tempore revelavit se Deus pater, sicut voluit et quibus patribus qui fuerunt ante legem, secundo adiuncta est demonstratio filii in angelo domini, qui et dominus vocatus est, tertio subsequuta est exhibitio spiritus sancti loquentis in regibus et prophetis, apparet quod in tertio tempore, licet sub obscuro aenigmatate, totas trinitas, quae unus deus est, simul se ostenderit operari, et quod non una tantum persona esset deus, sed pater et filius et spiritus sanctus".
- 21 Ibid. p. 349: "...ad redimendum genus hominum ambos missos esse a patre".
- 22 Ibid. p. 351: "Sed iam nunc agendum est de tempore quinto in cuius initio sumus nos, in quo oportet adhuc spiritum sanctum missum a filio operari opera sua multo altius quam hactenus operatus est, ut omnes discant honorificare spiritum sanctum, sicut patrem et filium. In quo? haud dubium quod in evangelio eius. Non enim sicut honorificat illum, qui non subiectus et devotus recipit evangelium eius. Et quod est evangelium eius? illud de quo dicit Joannes in Apocalypsi: "Vidi angelum dei colantem per medium coelum, et datum est illi evangelium aeternum". Quod est evangelium eius? illud quod procedit de evangelio Christi: litera enim occidit, Spiritus autem vivificat: propter hoc enim veritas ipsa dicit: "Cum venerit ille spiritus veritatis docebit vos omnem veritatem"; et ut ostenderet quod de evangelio christi et de scriptura eius acciperet, et commutans quasi aquam in vinum inebriaret electos, adiecit et ait: "Non enim loquetur a semetipso sed quaecumque audiet loquetur et quae ventura sunt annuntiabit vobis. Ille me clarificabit quia de meo accipiet et annuntiabit vobis". Oportet enim illum immutare mentes nostras, quod potest facere quando vult et prout vult, sicut deus, et transferre corda nostra a carnalibus desideriis ad amorem coelestium, ut quodammodo non simus quod fuimus, sed alii esse incipiamus".
- 23 Ver ilustração.
- 24 O nome IEUE é a transcrição de IAHWEH. Originalmente, antes da reforma massoreta, este termo é apenas um tetragrama (YHVH) composto pelas letras *iod, he, vav*, que são como o espírito da língua, na

- medida em que sem elas é impossível se pronunciar qualquer outra letras. Também tem como base o verbo *haiá*, que é o verbo ser no hebraico. Cf. N. Falbel "A crítica de Aristóteles em Yehuda Halevi", in: *Leopoldianum*, vol XIII, nº 38 9/86.
- 25 Concordia 4, pt. 2,1 p. 405: "Primus status seculi initiatus est ab Adam, fructificavit ab Abraham, consumavit in Christo. Secundus initiatus ab Ozia, fructificavit a Zacharia patre Iohannis Baptiste, accepturus consumationem in temporibus istis. Tertius, sumens initium a beato Benedicto, cepit proferre fructum generatione vicesima secunda ab eodem sancto viro; consumandus et ipse in consumatione seculi." e também (2, pt. 1,4) p.66, onde aparece *initiatio e fructificatio*.
- 26 Este sentido expressa Nietzsche quando escreve: "La bienaventuranza no es sólo una promesa: existe desde el momento en que se vive y se obra conforme a tales máximas e El Cristianismo es una praxis no una doctrina de fé" *La Voluntad de Poderio* EDAF, Madrid, 1981.
- 27 A Ordem fundada por Joaquim foi aprovada por Celestino III, em 1196.
- 28 *De Saptem Sigilis* p. 243: "... in omnibus temporibus istis non sunt iidem termini qui videntur notati in hac simpliciter attendendi, sed a medietate precedentis temporis initiatio sequentis attendenda est, clarificatio vero in limitibus suis" Cf. Mottu op. cit. 219
- 29 Ver nota 39
- 30 Tanto Mottu quanto Crocco utilizam *consummatio*, embora no texto não apareça.
- 31 Ver ilustração.
- 32 Psalt. p. 351: "...illud quod de tempore medio dictum est, hoc est, de tempore Regum et Prophetarum, ad ostentionem magis factus est eorum quae futura sunt in patria post finem mundi, quam ut tunc causa tanti mysterii consumata fore credatur. Igitur in futuro saeculo consummandum est".
- 33 Ibid.
- 34 Concordia conforme a divisão já apresentada (nota 17)
- 35 Conforme a interpretação de Mottu, op. cit. p.217 ss
- 36 Psalt. p. 203: "Tria certe data sunt nobis instrumenta virtutum, quotquot iubente deo ad vocationem vocamur... sed tamen in loco data occasione misterii, plenius est docendum de eis; sive quia illorum similitudines pertinet ad summam illam trinitatem quae operatur omnia in omnibus secundum consilium voluntatis suae; sive quia ipsa tria instrumenta conveniunt singillatim tribus ordinibus electorum qui ad imaginem dei creati sunt. Horum primum est opus manuum, secundum studium lectionis, tertium psallendi orandique devotio".

- 37 Ibid.: "... per devotam psalmodiam spiritui sancto".
- 38 Ibid. p. 205: "Sicut ergo non sufficit ad perfectionem solum opus nannum, ita nec sola lectio nisi addatur et psalmodia".
- 39 A ideia de uma harmonia proposta por Deus é fundamental em Joaquim. Psalt. p. 89: "Haec dicens coepi psallere, ut ad propositum numerum pervenirem. Nec mora, occurrit animo modo forma Psalterii decachordi".
- 40 Exp. Lib. Introd. cap. 19, f. 18 v 02: "Est autem genus humanum unum quidem in natura, sed propriis ordinibus velut in trinitate distinctum. Est enim primus ordo coniugatorum, creatus ad imaginem Patris; secundus clericorum, institutus ad imaginem Filii; tertius monachorum ad similitudinem spiritus sancti. Etenim coniugatorum ordo a nullo ordine est, et ad hoc institutus ut filios debeat procreare; clericorum ordo non a se ipso, sed a solo ordine coniugatorum propagatus est origine carnis; qui tamen non est institutus ad procreandos filios, sed ad evangelizandum verbum Dei, sicut et ipse Christus ad cuius imaginem institutus est. Monachorum ordo procedit ex utroque, quia et de coniugatis recipiuntur ad monasticam et de clericis". Cf. Crocco op. cit. p. 85.
- 41 Op. cit. p. 19.
- 42 A literatura sobre a época de Joaquim é vasta; por vezes é denominada de Renascimento do século XII, tais foram as mudanças. Ver Marc Bloch. A Sociedade Feudal e Edouard Jauneau. A Filosofia Medieval.
- 43 Psalt. p. 205: "Aliud est, nimirum, respicere quod factum est, aliud speculari eum qui fecit quod factum est: sicut aliud est sciri aliquid ut sciatur, aliud sciri ut diligatur: ibi est scientia sola quae saepe inflat, hic cum sapientia charitas quae edificat".
- 44 Ibid. p. 303
- 45 Ibid. p. 207: "Quamvis unitas quaedam, qua se ad invicem capiant, his tribus inesse videatur, quia et in opere non solum posse, sed et scire et velle necessaria sunt; et in lectione non solum scire, sed et posse et velle: et in psalmodia non solum velle, sed et scire et posse".
- 46 Ibid. p. 203: "... in timore denique osculamur pedem, in lectione manum, in psalmodia os". É interessante notar que na relação feudal entre o Senhor e o Vassalo, a homenagem que marca o início desta relação, de um lado o que quer servir de outro o que aceita ser o chefe, parte de uma genuflexão para selar, com um beijo na boca, a aliança entre ambos. Cf. M. Bloch op. cit. p. 170.
- 47 Ibid.: "In actione et, nimirum, nostra amplectimur pedes, quia per hanc nos esse dei servos pie ac fideliter demonstramus, in lectione manum, quia per eam dei facta in sapientia intuemur, in contemplatione os, quia per eam omnipotenti deo iungimur, in osculo pacis, ex cuius nobis ore spiritus dulcedo distillat".